



## TERMO DE REFERÊNCIA

Prestação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão-de-obra

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL

### ANEXO I - PREGÃO nº 02/2022

(Processo Administrativo nº 10905.720184/2021-21)

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de **serviços de monitoramento eletrônico**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

#### MONITORAMENTO ELETRÔNICO

GRUPO 1							
ITEM	CATSER	LOCAL	DESCRIÇÃO	QTD SERVIÇOS	QTD MESES	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	23868	ALF/Foz do Iguaçu – SEDE e CAC	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	5.553,80	133.291,25
2	23868	ALF/Foz do Iguaçu - DMA 1 e 2, DESTRUIÇÃO, CENTRO RECEPÇÃO DIREP	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	7.476,04	179.424,92
3	23868	ALF/Foz do Iguaçu – DIREP FISCALIZAÇÃO, DIREP P4, ESTANDE TIRO, GARAGE SETRANS	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	7.476,04	179.424,92
4	23868	ALF/Foz do Iguaçu – ASSEFAZ 1 e 2	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	3.227,18	77.452,32
5	23868	ALF/Foz do Iguaçu - PCVA	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	3.227,18	77.452,32
6	23868	ALF/Foz do Iguaçu PIA - ADM ENTRADA e SAÍDA, DMA, SALA DI, GUARITAS FISC ENTRADA E SAÍDA	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	7.476,04	179.424,92
7	23868	ALF/Foz do Iguaçu – PTN	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	3.227,18	77.452,32
8	23868	DRF/Cascavel - SEDE	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	5.553,80	133.291,25
9	23868	DRF/Cascavel – GALPÃO ANEXO	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	4.407,66	105.783,92
10	23868	DRF/Cascavel - DMA	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas –	1	24	7.476,04	179.424,92



			NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA				
11	23868	DRF/Cascavel – PORTO SECO	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
12	23868	ARF/Francisco Beltrão	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
13	23868	ARF/Pato Branco	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
14	23868	ARF/Toledo	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
15	23868	ARF/Medianeira	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
16	23868	IRF/Guaíra + DMA	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	4.325,16	103.803,90
17	23868	IRF/Guaíra – PORTO SETE QUEDAS	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	5.471,30	131.311,22
18	23868	IRF/Santa Helena	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
19	23868	ARF/S. Antônio do Sudoeste	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
20	23868	IRF/Capanema	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
21	23868	IRF/Capanema/Aduana Fronteira	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
<b>TOTAL DE SERVIÇOS DO GRUPO 1 (FOZ, Cascavel e Jurisdicionadas)</b>				<b>21</b>	<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 1</b>		<b>R\$ 2.236.788,86</b>

## GRUPO 2

ITEM	CATSER	LOCAL	DESCRIÇÃO	QTD SERVIÇOS	QTD MESES	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
22	23868	ALF/Curitiba – DMA *	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	4.407,66	105.783,92
23	23868	ALF/Curitiba – PVA/S. José dos Pinhais *	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	5.553,80	133.291,25
24	23868	DIREP - CURITIBA	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	5.553,80	133.291,25



25	23868	PVA/SRRF09 - Curitiba	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	22	5.553,80	<b>122.183,64</b>
26	23868	ALF/Paranaguá - SEDE	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	5.553,80	<b>133.291,25</b>
27	23868	ALF/Paranaguá - DMA	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	7.476,04	<b>179.424,92</b>
28	23868	DRF/Ponta Grossa	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	5.553,80	<b>133.291,25</b>
29	23868	DRF/Ponta Grossa - DMA	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	4.325,16	<b>103.803,90</b>
30	23868	DRF/Ponta Grossa – DMA 2	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	4.325,16	<b>103.803,90</b>
31	23868	ARF/Guarapuava	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	3.227,18	<b>77.452,32</b>
32	23868	ARF/Ibaiti	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	<b>75.472,30</b>
33	23868	ARF/Irati	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	<b>75.472,30</b>
34	23868	ARF/União da Vitória	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	<b>75.472,30</b>
35	23868	DRF/Londrina	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	5.553,80	<b>133.291,25</b>
36	23868	DRF/Londrina - TERRENO	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	4.407,66	<b>105.783,92</b>
37	23868	DRF/Londrina - DMA	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	7.476,04	<b>179.424,92</b>
38	23868	ARF/Apucarana	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	3.227,18	<b>77.452,32</b>
39	23868	ARF/Arapongas	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	3.227,18	<b>77.452,32</b>
40	23868	ARF/Cornélio Procopio	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	3.227,18	<b>77.452,32</b>
41	23868	ARF/Jacarezinho – IMÓVEL 1	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	3.227,18	<b>77.452,32</b>
42	23868	ARF/Jacarezinho – IMÓVEL 2	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	<b>75.472,30</b>



43	23868	DRF/Maringá	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	5.553,80	133.291,25
44	23868	DRF/Maringá – DMA 1	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	4.407,66	105.783,92
45	23868	DRF/Maringá – DMA 2	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	7.476,04	179.424,92
46	23868	ARF/Campo Mourão	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
47	23868	ARF/Cianorte	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
48	23868	ARF/Jandaia do Sul	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	3.227,18	77.452,32
49	23868	ARF/Paranavaí	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
50	23868	ARF/Umuarama	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
TOTAL DE SERVIÇOS DO GRUPO 2 - PARANÁ (exceto FOZ, Cascavel e jurisdicionadas – GRUPO 1)				29	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 5		R\$ 3.053.657,76
GRUPO 3							
ITEM	CATSER	LOCAL	DESCRIÇÃO	QTD SERVIÇOS	QTD MESES	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
51	23868	DRF & ALF/Florianópolis	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas – NÍVEL MÁXIMO; CFTV+ALARME+APOIO TÁTICO LOCAL	1	24	5.807,72	139.385,18
52	23868	DRF/FNS – DMA (São José)	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	4.407,66	105.783,92
53	23868	ARF/Criciúma	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
54	23868	ARF/Tubarão	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	3.227,18	77.452,32
55	23868	ARF/Araranguá	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
56	23868	ARF/Lages	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	3.227,18	77.452,32
57	23868	ARF/Imbituba	Monitoramento Eletrônico 24hs Diuturnas –	1	24	3.144,68	75.472,30



			NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL				
58	23868	DRF/Blumenau	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	5.553,80	<b>133.291,25</b>
59	23868	ARF/Brusque	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	23	3.144,68	<b>72.327,62</b>
60	23868	ARF/Rio do Sul	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	23	3.227,18	<b>74.225,14</b>
61	23868	ARF/Timbó	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	23	3.227,18	<b>74.225,14</b>
62	23868	ALF/Itajaí - ANEXO	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	5.553,80	<b>133.291,25</b>
63	23868	ALF/Itajaí - CASARÃO	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	<b>75.472,30</b>
64	23868	ALF/Itajaí - DMA	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	4.407,66	<b>105.783,92</b>
65	23868	DRF/Joaçaba	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	5.553,80	<b>133.291,25</b>
66	23868	DRF/Joaçaba– DMA - PVA	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	7.476,04	<b>179.424,92</b>
67	23868	ARF/Caçador	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	<b>75.472,30</b>
68	23868	ARF/Concórdia	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	<b>75.472,30</b>
69	23868	ARF/Xanxerê	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	<b>75.472,30</b>
70	23868	ARF/Chapecó	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	3.227,18	<b>77.452,32</b>
71	23868	ARF/S. Miguel do Oeste	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	<b>75.472,30</b>
72	23868	ALF/S. Francisco do Sul	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	3.227,18	<b>77.452,32</b>
73	23868	DRF/Joinville	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÁXIMO; CFTV+ALARME+APOIO TÁTICO LOCAL	1	24	5.807,72	<b>139.385,18</b>
74	23868	ARF/Jaraguá do Sul	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	<b>75.472,30</b>



75	23868	ARF/Canoinhas	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
76	23868	ARF/Mafra	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
77	23868	DRF/Joinville – DMA *	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	4.407,66	105.783,92
78	23868	ALF/Dionísio Cerqueira – SEDE + DMA	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	3.227,18	77.452,32
79	23868	ALF/Dionísio Cerqueira - ADUANA	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÍNIMO; CFTV+ALARME LOCAL	1	24	3.144,68	75.472,30
80	23868	ALF/Dionísio Cerqueira – ACI CARGAS	Monitoramento Eletrônico 24hs Diurnas – NÍVEL MÉDIO; CFTV+ALARME EMPRESA	1	24	5.553,80	133.291,25
TOTAL DE SERVIÇOS DO GRUPO 3 - SANTA CATARINA				30	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 3		R\$ 2.822.419,11

1.1.1. As Unidades da RFB na 9ªRF a serem beneficiadas com os serviços de **monitoramento eletrônico**, estão listadas no Apêndice 1 deste Termo de Referência.

1.1.2. As principais características das Unidades da RFB na 9ªRF a serem beneficiadas com os serviços de **monitoramento eletrônico**, estão listadas no Apêndice 1 deste Termo de Referência.

1.1.3. Os itens do certame serão agrupados conforme localização, conveniência e pertinência, como segue:

1.1.3.1. GRUPO 1 – MONITORAMENTO ELETRÔNICO - ALF/FOZ, incluindo DRF/CVL e jurisdicionadas;

1.1.3.2. GRUPO 2 – MONITORAMENTO ELETRÔNICO – SRRF09, incluindo DRF/CTA, ALF/CTA, DRJ/CTA, DRF/PTG, ALF/PGA, DRF/LON, DRF/MGA e jurisdicionadas;

1.1.3.3. GRUPO 3 – MONITORAMENTO ELETRÔNICO – DRF/FNS (incluindo ALF/FNS e DRJ/FNS) e jurisdicionadas; DRF/JOI, incluindo ALF SFS e jurisdicionadas; DRF/BLU, incluindo ALF/ITJ e jurisdicionadas.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de **monitoramento eletrônico**.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução **a Empreitada por Preço Global do Grupo**.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.5.1. A tabela abaixo demonstra as vigências das atuais contratações e as datas estimadas para início da vigência da(s) nova(s) contratação(ões) de MONITORAMENTO ELETRÔNICO:



UNIDADES E JURISDICIONADAS	PROCESSO	VIGÊNCIA	DATA ESTIMADA NOVA CONTRATAÇÃO	UNIDADES DE EXECUÇÃO
SRRF09	10905.720024/2018-86	01/12/2022	01/03/2022	PVA/Curitiba SRRF09
DRF/MARINGÁ	10950.723931/2015-99 10950.724439/2016-11	31/12/2021	01/03/2022	ARF-Cianorte, ARF-Jandaia do Sul, ARF-Campo Mourão, ARF-Paranavaí e ARF-Umuarama
DRF/BLUMENAU	13971.724305/2015-60	01/02/2022	01/03/2022	ARF-Brusque, ARF-Timbó e ARF-Rio do Sul
DRF/FLORIANÓPOLIS	12719.720973/2015-46 11516.723063/2015-39	31/12/2021	01/03/2022	ARF-Imbituba, ARF-Araranguá, ARF-Criciúma, ARF-Tubarão e ARF-São José
DRF/JOAÇABA	10925.721610/2020-24	01/03/2023	01/03/2022	DRF-Joaçaba, DMA-Joaçaba, ARF-Concórdia, ARF-Xanxerê, ARF-Chapecó, ARF-Caçador, ARF-São Miguel
ALF/ITAJAÍ	10909.722377/2017-08	31/03/2022	01/03/2022	ALF/ITJ

1.6. Ressalta-se que a implementação dos contratos será feita à medida das necessidades da SRRF09, conforme discriminado nos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice 1 deste Termo de Referência.

## 2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa e objetivo como um todo, encontra-se pormenorizado em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice 1 deste Termo de Referência.

## 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. A realização de nova contratação surge como providência necessária e imprescindível, em observância ao princípio da continuidade da prestação de serviços públicos e do interesse





público, especialmente pela necessidade de zelo ao patrimônio público e aos bens custodiados pela Receita Federal do Brasil - RFB, assim como atendendo à regionalização das atividades na 9ª Região Fiscal, expressa pela contratação de serviços de apoio logístico para todas as Unidades da RFB nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, como solução de gestão contratual e centralização de dispêndios.

5.1.2.1. Os serviços de monitoramento eletrônico e segurança são imprescindíveis às Unidades da RFB, tendo em vista garantir a preservação e a integridade física dos servidores e contribuintes, das edificações, instalações e demais bens móveis e imóveis, mercadorias apreendidas e outros bens de terceiros custodiados pela RFB, bem como de toda a documentação que nelas tramita ou se encontra arquivada.

5.1.2.2. Os quantitativos e os tipos de monitoramento eletrônico prescritos nas referidas normas foram definidos a partir de levantamento e análise do grau de risco em cada uma das localidades, cujo cálculo levou em consideração aspectos como área do imóvel, quantidade de pavimentos, acessos, localização em área de risco, número de atendimentos a contribuintes e valores patrimoniais existentes, assim como outros aspectos mais genéricos, porém não menos importantes.

5.1.2.3. A definição normativa interna das necessidades, por meio dos Parâmetros Uniformes Institucionais - PIU, com amparo em levantamento de necessidades em âmbito Nacional, visa a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos públicos.

5.1.2.4. Os serviços a serem contratados não fazem parte das atribuições dos servidores pertencentes às carreiras da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, e se constituem em terceirização expressamente prevista e recomendada pela legislação referenciada, visando a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos públicos.

5.1.2.5. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do(s) local(is) de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para este fim, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser previamente efetuado junto aos contatos informados no Adendo I deste Termo de Referência.

5.1.2.6. A vistoria às instalações é faculdade das licitantes interessadas, sempre que entenderem necessário, razão pela qual não será expedido atestado de vistoria pela CONTRATANTE. Todavia, para o correto dimensionamento do objeto e formulação das propostas, a CONTRATANTE orienta que sejam realizadas as visitas ao(s) local(is) de prestação dos serviços.

5.1.2.7. Deverá ser entregue pela licitante declaração própria de que conhece as condições locais para a execução do objeto OU que realizou vistoria no(s) local(is) da prestação dos serviços, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, OU - caso opte por não realizá-la - de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por esta informação e que não fará uso deste fato para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o CONTRATANTE, na forma de anexo específico do Edital.

5.1.3. Trata-se de "serviços prestados de forma contínua pela sua essencialidade, pois visam atender à necessidade pública de forma permanente e continuada, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do Órgão, de modo que sua interrupção compromete a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional", conforme o art. 15 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

5.1.4. Considerando a contratação regionalizada, deverão ser exigidas da(s) CONTRATADA(s) execuções contratuais que resultem na adoção de boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de menor poluição para os materiais eventualmente descartados (pilhas e baterias, por exemplo), considerando-se a efetiva





fiscalização do atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme legislação vigente.

5.1.5. Considerando as diferentes datas de início a serem adotadas em razão da implementação gradativa dos serviços contratados, a vigência inicial do contrato será de 24 meses, podendo ou não ser prorrogado conforme interesse da Administração e a efetiva prestação dos serviços pela CONTRATADA.

5.1.6. As soluções de mercado são as usualmente encontradas para o segmento objeto da presente contratação, guardadas as especificidades e particularidades das Unidades da RFB da 9ª Região Fiscal, a qual abrange os Estados do Paraná e Santa Catarina, contando com Aduanas, Portos Secos e Portos Marítimos, além de instalações administrativas e de apoio, como também aquelas voltadas para a repressão ao contrabando e descaminho e a guarda, como fiel-depositário, de objetos apreendidos – mercadorias, veículos etc. – devendo ser atendidas as normativas institucionais a respeito.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## 6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da CONTRATADA e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

## 7. DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do(s) local(is) de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, após agendamento pelos contatos informados nos anexos deste Termo de Referência.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas aos arquivos digitais do Termo de Referência e seus apêndices, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

**7.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.**

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



8.1.1. A distribuição, caracterização e definição de equipamentos e sistemas de segurança eletrônica, com alarme e monitoramento, com e sem atendimento presencial em casos de acionamento, deverão seguir as normativas institucionais, como a Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME nº 24.896/2020 e a Nota Técnica RFB/SUCOR/COPOL nº 18/2017, anexas a este Termo de Referência.

8.1.2. O Projeto de Monitoramento Eletrônico deverá ser apresentado previamente pela CONTRATADA à CONTRATANTE, que verificará a conformidade com as normativas institucionais, como a Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME nº 24.896/2020 e a Nota Técnica RFB/SUCOR/COPOL nº 18/2017, para só então aprovar a autorizar a execução do Projeto, permitindo que a CONTRATADA inicie a instalação dos equipamentos e sistemas de segurança eletrônica

8.2. A execução dos serviços será iniciada na forma que segue:

8.2.1. A execução dos serviços será iniciada após notificação formal pela Administração, a ser realizada com no mínimo 10 (dez) dias úteis para o serviço de MONITORAMENTO ELETRÔNICO.

8.2.2. O início da execução dos serviços poderá dar-se de forma gradativa, o que deverá ser detalhado na notificação formal citada no item anterior.

8.3. Os locais de prestação dos serviços estão definidos na tabela do ANEXO IV dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice 1 deste Termo de Referência.

8.3.1. A distribuição dos locais onde serão prestados os serviços de monitoramento eletrônico, em suas 3 (três) tipologias – com alarme, com alarme e monitoramento, e com alarme e monitoramento e atendimento tático, está demonstrada na tabela do ANEXO IV dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice 1 deste Termo de Referência.

8.4. Por interesse da Administração, os serviços poderão ser prestados em outros endereços, mantidas as regionalidades das Unidades, de acordo com a conveniência e necessidade destas e suas jurisdições, respeitando a distribuição dos grupos como licitados.

8.5. Não poderão participar do certame as empresas que estejam reunidas em consórcio, e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.

8.6. Tal vedação se deve pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, e assim amplia-se sobremodo a competitividade do certame.

8.7. Também não será permitida a participação de Cooperativas de Trabalho, uma vez que o objeto ora licitado não tem possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a Cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados. O exercício das atividades das Cooperativas está limitado pela natureza de entidade associativa de profissionais autônomos e não vinculados profissionalmente.

## **9. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades mínimas estimadas e qualidades mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, na Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18, de 23 de agosto de 2017 e no ETP, promovendo sua substituição quando necessário.



9.2. Os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para a execução dos serviços de MONITORAMENTO ELETRÔNICO deverão ser quantificados pela CONTRATADA de acordo com as características de cada Unidade atendida, conforme demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice 1 deste Termo de Referência.

## **10. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características, atendidas as exigências trazidas pelos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice 1 deste Termo de Referência:

10.1.1. Os serviços de MONITORAMENTO ELETRÔNICO, no que se refere à especificação dos equipamentos, deverão seguir, também, a normatização interna da Receita Federal do Brasil que indica um padrão referencial detalhado pela Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18, de 23 de agosto de 2017, que contém lista de referência para os equipamentos do alarme monitorado, podendo a licitante fazer sua própria lista de equipamentos, bem como complementá-la nos casos em que não houver indicação referencial. Tal indicação não exige a CONTRATADA de apresentar – no momento da formalização da proposta – a sua própria listagem de equipamentos, que contemple as necessidades para a perfeita execução dos serviços, sem prejuízo ao previsto no item 6 acima, sob sua responsabilidade.

10.1.2. Os equipamentos/utensílios e/ou materiais permanentes serão de propriedade da CONTRATADA e deverão ser disponibilizados para a prestação dos serviços.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara)

11.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário)

11.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:



11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

11.10. **Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas, gerados pela CONTRATANTE e/ou pela CONTRATADA;**

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;



- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 12.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 12.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 12.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - 12.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 12.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de





acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Realizar a instalação dos equipamentos no prazo de 30 dias do recebimento da ordem de serviço, em conformidade com as descrições do Projeto Básico;

12.24. Prestar os serviços de monitoramento remoto durante 24 horas diárias ininterruptas por profissionais treinados durante toda a vigência do contrato;

12.24.1. Substituir a empresa CONTRATADA, no prazo de 30(trinta) dias;

12.25. Comunicar imediatamente a CONTRATANTE de qualquer anormalidade verificada por meio do sistema de vigilância eletrônica e monitoramento remoto, inclusive de ordem funcional, adotando as providências de regularização necessárias, assim como todo e qualquer acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio da Administração Pública;

12.25.1. Essa comunicação deverá ser feita da forma mais rápida possível e valendo-se do meio apropriado e disponível em cada situação específica, podendo ser utilizados dispositivos de segurança e/ou sistema de comunicação, conforme estabelecido nos procedimentos e rotinas de trabalho;

12.26. **Constatado o arrombamento ou invasão do imóvel, acionar a autoridade policial competente e outros contatos indicados pelo gestor do contrato, adotando ainda todas as providências necessárias;**

12.27. Sempre que houver sinistro de qualquer natureza, comunicar imediatamente a CONTRATANTE;





12.28. Contratar e garantir a continuidade dos serviços de um link dedicado, de modo a não interromper a prestação dos serviços, zelando, inclusive pela segurança dos dados transmitidos;

12.29. Realizar as manutenções preventivas e corretivas dentro dos prazos estipulados no Projeto Básico, a saber:

12.29.1. **Manutenção Preventiva – periodicidade MENSAL**, a contar da data da homologação da instalação dos equipamentos.

12.29.2. **Manutenção corretiva:**

12.29.2.1. Em caso de interrupção da comunicação, a CONTRATADA terá o prazo de 02(duas) horas após a comunicação para atender aos chamados técnicos e 24 horas da abertura do chamado ou constatação da interrupção da comunicação pela própria CONTRATADA, para a solução final do defeito/problema, incluindo a troca de peças e equipamentos, se necessário;

12.29.2.2. Nos demais casos, o prazo será de 48 horas da abertura do chamado ou constatação do defeito ou problema, incluindo a troca de peças e equipamentos, se necessário.

12.29.2.3. Deverá ser emitido relatório de assistência técnica prestada, a ser assinado por representante da CONTRATANTE ao término do serviço, tanto nos casos de manutenção preventiva quanto nos casos de manutenção corretiva;

12.30. Cumprir todas as demais exigências e obrigações previstas no Projeto Básico.

12.31. **Fornecer à CONTRATANTE, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, entre outros documentos que demonstrem a solução ofertada para a localização, instalação e operação dos equipamentos utilizados PARA MONITORAMENTO ELETRÔNICO.**

12.32. Comprovar, antes da execução dos serviços, a capacidade técnica para a prestação dos serviços de elaboração do projeto, instalação e manutenção preventiva e corretiva do sistema de alarme monitorado, bem como a devida emissão de ART (anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA.

### 13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, especificamente dos **serviços técnicos de elaboração do projeto, instalação, manutenção preventiva e corretiva do sistema de alarme monitorado, e apoio tático local (em caso de disparo de alarme):**

13.1.1. Para a parcela a ser subcontratada referente aos serviços técnicos de elaboração do projeto, instalação e manutenção preventiva e corretiva do sistema de alarme monitorado é necessária a capacidade técnica para a prestação do serviço e a devida emissão de ART (anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA, havendo vedação legal para que as empresas de vigilância prestem estes serviços, porém não estando impedidas de subcontratá-los.

13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a SUBCONTRATADA cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.3. **Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da SUBCONTRATADA, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.**



#### **14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **15. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis



previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Anexo III deste Termo de Referência, e o disposto nos Estudos Técnicos Preliminares, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

16.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

16.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

16.2.1. não produziu os resultados acordados;

16.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.3. Em caso de falha no monitoramento de segurança, independente do motivo apresentado, haverá glosa no pagamento, observando-se a seguinte fórmula:

$$\text{Desconto (R\$)} = \frac{\text{Preço Mensal do Serviço (R\$)} \times \text{Horas Não Atendidas}}{\text{Quantidade de Dias no Mês} \times \text{Horas do Dia}}$$

## **17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;



17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto*.



17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **18. DO PAGAMENTO**

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (*trinta*) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 18.5.1. o prazo de validade;
- 18.5.2. a data da emissão;
- 18.5.3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- 18.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.5.5. o valor a pagar; e
- 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.





18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%





## 19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 20. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.10. Será considerada extinta a garantia:

20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

20.12. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS AO CONTRATO**

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;



- 21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,4 % (quatro décimos por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.2.4.1. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e o descredenciamento no SICAF, previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, deverá observar a seguinte dosimetria:



Conduta Praticada pela Contratada	Dosimetria Aplicável
Inexecutar totalmente as obrigações contratuais	60 meses
Ensejar o retardamento da execução do objeto	4 meses
Falhar na execução do contrato	12 meses
Fraudar na execução do contrato	30 meses
Apresentar documentação falsa	24 meses
Comportar-se de modo inidôneo	24 meses
Cometer fraude fiscal	40 meses

21.2.4.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável a quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste Termo de Referência.

21.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 21.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

Tabela 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04



3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a CONTRATANTE determine, **a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **22. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. DECLARAÇÃO de instalação ou existência de escritório dentro da área de abrangência da região das cidades atendidas, ou seja, em Foz do Iguaçu/PR para o Grupo 1, em Curitiba/PR para o Grupo 2 e em Florianópolis /SC para o Grupo 3.

22.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

### **22.3.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:**

22.3.2.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 02 (dois) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

22.3.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

22.3.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.





22.3.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.3. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

22.3.3.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE.

22.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado dos GRUPOS:

**22.4.1.** GRUPO 1 – R\$ 2.236.788,86 (dois milhões e duzentos e trinta e seis mil e setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos)

**22.4.2.** GRUPO 2 – R\$ 3.053.657,76 (três milhões e cinquenta e três mil e seiscentos e cinquenta e sete reais setenta e seis centavos); e

**22.4.3.** GRUPO 3 – R\$ 2.822.419,11 (dois milhões e oitocentos e vinte e dois mil e quatrocentos e dezenove reais onze centavos).

22.5. O critério de julgamento da proposta é o **menor valor global por grupo**.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **23. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOS PREÇOS REFERENCIAIS**

23.1. **O custo estimado TOTAL da contratação é de R\$ 8.112.865,73 (oito milhões, cento e doze mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta e três centavos).**

## **24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

24.1.1. GESTÃO/UNIDADE: 00001/170156 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal

24.1.2. FONTE: 0150251030

24.1.3. PTRES: 171552

24.1.4. ELEMENTO DE DESPESA: 339039-77 (Vigilância monitorada).

24.1.5. PLANO INTERNO: PIUVIGILAN



**25. DOS APÊNDICES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS**

**25.1. Apêndice 1 – Estudos Técnicos Preliminares**

- 25.1.1. ANEXO I – PLANILHA REGIONAL CONSOLIDADA
- 25.1.2. ANEXO II – ENDEREÇOS E CONTATOS
- 25.1.3. ANEXO III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR
- 25.1.4. ANEXO IV – LOCAIS DOS SERVIÇOS
- 25.1.5. ANEXO V – PORTARIA DG-DPF 3233-2012
- 25.1.6. ANEXO VI – NOTA TÉCNICA RFB-COPOL 18-2017
- 25.1.7. ANEXO VII – PORTARI RFB 24896-2020
- 25.1.8. ANEXO VIII – MAPA MENTAL PIU VIGILÂNCIA

**25.2. Apêndice 2 – Planilha de Preço Estimado – MONITORAMENTO ELETRÔNICO**

À consideração superior,

*Assinado e datado digitalmente.*